

DESPACHO

Processo: 202/23-DG/MP - SEI 29.0001.0061888.2023-36

Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Arrolamento de bens patrimoniais considerados inservíveis à Instituição.

- 1. ACOLHO** a manifestação do Presidente da Comissão de Arrolamento de Bens Patrimoniais.
- À vista dos elementos constantes dos autos, e no uso das atribuições a mim conferidas, **HOMOLOGO** os atos proferidos pela Comissão de Arrolamentos de Bens Patrimoniais.
- AUTORIZO**, com fulcro no artigo 17, II, "a", da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e artigo 13º da Resolução nº 1180/19-PGJ, de 21 de novembro de 2019, e com observância às disposições contidas no Edital de Doação de Bens nº 09/2023, a **DOAÇÃO**, à instituição filantrópica de utilidade pública interessada, os bens considerados inservíveis ao Ministério Público do Estado de São Paulo, arrolados nestes autos, com entrega mediante recibo, na seguinte conformidade:
 - 3.1 - Lotes 02 e 06** em favor da **ADEVA - Associação de Deficientes Visuais e Amigos**, CNPJ: 50.599.638/0001-69.
- Publique-se.
- À Comissão de Arrolamentos para as medidas de praxe, com tramitação direta ao Cento de Administração e Transportes - CAT para ciência e adoção das providências de sua alçada.



Documento assinado eletronicamente por **Michel Betenjane Romano, Diretor-Geral**, em 21/07/2023, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **10954098** e o código CRC **5DD7AB1F**.